

MANUAL DE REDAÇÃO JORNALÍSTICA: O CONTROLE DISCURSIVO EM TEMPOS LIBERAIS

Karina Falcone*

1. Conceitos preliminares e objetivos centrais

O objetivo principal deste trabalho é analisar os manuais jornalísticos de redação e estilo como um gênero resultante da tecnologização discursiva. Ou seja, um sofisticado instrumento de controle discursivo. Para isso, observamos como o fenômeno da tecnologização tem servido à sustentação da hegemonia liberal. A partir da análise do *Manual de Redação e Estilo de O Globo*, identificamos algumas estratégias de convencionalização do discurso e, conseqüentemente, das práticas dessa instituição. Para este trabalho, destacamos como tais estratégias operam em dois níveis específicos: *itens lexicais* e *seqüência textual*. A Análise do Discurso Crítica (ADC) é a nossa base teórica, tendo como principais referências os trabalhos de Fairclough (2001, 1997), Marcuschi (2003) e Van Dijk (1994, 1992).

A prática social é resultante de uma construção dinâmica das atividades lingüísticas, relativamente estabilizadas nos diversos gêneros discursivos (Fairclough, 2001 e Bakhtin, 2000 [1979]). A partir de uma relação dialética entre língua e sociedade, os discursos (re) formulam a realidade, controlam ou subvertem o poder instituído. A tentativa de convencionar os discursos, nos seus diferentes domínios, tem como objetivo principal preservar a hegemonia, manter o *status quo*. Assim é a estratégia nas sociedades capitalistas modernas: servir-se de um aparato artificial de construção discursiva para controlar as práticas sociais, o que Fairclough (1997) definiu como *a tecnologização do discurso*.

A teoria de Fairclough alerta para essa sutil forma de dominação, analisando como as forças dominantes usam a tecnologização para orientar e controlar o curso das principais mudanças culturais e sociais que afetam as sociedades contemporâneas. A tecnologização produz mudança discursiva mediante planejamento consciente. Uma das suas estratégias é transformar práticas socialmente construídas em procedimentos estratégicos e artificiais. Por processos de simulações, a tecnologização utiliza as significações interpessoais em propósitos instrumentais.

O debate sobre o discurso tecnológico está voltado, preferencialmente, para as áreas das indústrias de serviços e profissionais liberais, onde, segundo Fairclough (2001), essa prática é mais freqüente e sistemática. Sendo assim, boa parte das análises realizadas a partir desse conceito está voltada para os gêneros que circulam em instituições tais quais: hospitais (*entrevistas médicas*), universidades (*prospectos*), empresas (*entrevista de emprego*) e o *conselho*, gênero recorrente em diversas áreas. É nosso propósito, então, discutir essa mesma prática em outro domínio: o jornalístico.

O controle discursivo na imprensa requer estratégias bastante sofisticadas. O jornalismo está protegido por alguns estereótipos consolidados na memória social, sendo o jornalista tomado como o ‘porta voz da sociedade’, ‘o guardião da democracia’. Por isso, fez-se necessário um aparato de controle discursivo complexo e sofisticado. Principalmente porque o poder da imprensa está em constante tensão e disputa entre empresários, donos de jornais e governos. É justamente o funcionamento dessas estratégias de controle que pretendemos aqui observar. Os estudos de Van Dijk (1994) sobre o Jornalismo e o comprometimento desse domínio discursivo com as instituições de poder orientam esta análise.

* Doutoranda, Capes/UFPE

2. Do discurso à prática: a tecnologia do controle social

Para fundamentar o seu conceito de tecnologização discursiva, Fairclough (1997) recorre aos estudos de Rose e Miller sobre “tecnologias de governo” (apud Fairclough, 1997:89). Em linhas gerais, os autores defendem que os governos liberais desenvolvem técnicas e programas de rede de ligação entre as aspirações das autoridades e as atividades dos indivíduos ou grupos. É a partir das “redes de poder” (onde estão situadas leis, rotinas institucionais, normas de conduta, entre outros artificios) que tais governos agem ‘à distância’ na inscrição dos atores sociais. Nessa relação, Fairclough acrescenta o discurso como uma poderosa força de controle liberal, um dos artificios das redes de poder. Segundo o autor, podemos resumir a tecnologização do discurso na combinação das seguintes características: i) investigação das práticas discursivas de organizações e instituições sociais; ii) reformulação dessas práticas de acordo com estratégias e objetivos específicos, designadamente às dos gestores e burocratas; iii) formação do pessoal das instituições nas práticas instituídas.

A implementação desse plano de intervenção nas instituições pediu a criação dos ‘tecnólogos do discurso’, ou como definiu Fairclough (1997:90), “os peritos em tecnologia do discurso”. Esses especialistas mantêm uma forte ligação com o saber. Em geral, são consultores que têm acesso privilegiado à informação científica, ou mesmo uma vasta experiência no campo de trabalho. Aliás, este último é o caso mais freqüente no Jornalismo, no que diz respeito à escolha dos autores dos manuais de redação.

A relação desses tecnólogos com o saber e com a instituição distingue as formas contemporâneas de tecnologização do discurso das demais intervenções nas práticas institucionais. Nesse moderno sistema, não cabe ao governo nem aos ‘patrões’ policiar discursos. Mas a atores sociais que não têm ligação direta com a instituição, o detentor de um saber (ou uma técnica) a ser aplicada para a melhoria das práticas lingüísticas e sociais dessa comunidade. De acordo com Fairclough (1997:91), “o tecnólogo do discurso passa a ser um perito e um estranho”. Sendo assim, suas convenções discursivas são aceitas tal qual a instalação de novos programas nos computadores. Simplesmente, *tecnologias* servindo ao *melhor funcionamento* das instituições.

Aliás, essa relação entre a tecnologização do discurso e a eficácia do desempenho institucional no mercado do trabalho é o que mais fortemente consolida a necessidade dos tecnólogos e exerce uma forte pressão no sentido de uniformizar as práticas discursivas. Só que a uniformização não é estabelecida de forma autoritária, mas ‘necessária’. No que diz respeito aos manuais de redação, essa característica é facilmente observada, acontecendo, inclusive, de manuais elaborados por jornais de circulação nacional (**Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo**) serem adotados por jornais locais. Em Pernambuco, por exemplo, nenhum dos três principais jornais (**Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco**) tem manuais próprios de redação, sendo necessário que os jornalistas recorram às instruções dos jornais do Sul e Sudeste, tomando-os como modelos de discursos. Como todo processo de uniformização, a tecnologização impõe técnicas discursivas descontextualizadas, o que leva a um efeito de “colonização do discurso”, como denominou Fairclough (1997:91).

Com base nesse quadro teórico, pretendemos também discutir alguns aspectos da função dos gêneros no processo de tecnologização e como eles servem à estabilização da hegemonia, à legitimação dos discursos. Este é o ponto que desenvolvemos a seguir.

3. O gênero manual de redação: uma questão de poder

Para esta discussão, partimos dos estudos de Fairclough (2001, 1997) e Marcuschi (2003) com o objetivo de trazer, ainda que brevemente, algumas reflexões sobre gêneros textuais e suas formas de inserção nos processos de legitimação discursiva. Começamos com as reflexões de Marcuschi (2003:2): “os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos

de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Numa formulação sucinta, eu diria que os gêneros textuais são a nossa forma de inserção, ação e controle social”. Para o autor, os gêneros dão, pelo menos em uma primeira instância, legitimidade aos discursos. Assim, é possível entender porque os manuais de redação são tão freqüentemente tomados como ‘guias’ para a prática do ‘bom’ jornalismo. Definitivamente, trata-se de um poderoso gênero textual.

Se considerarmos as atividades comunicativas como formas de organização da sociedade e condicionantes de boa parte das ações praticadas, como ressaltou Marcuschi (2003), perceberemos que essas ações são resultantes dos valores que constituem os gêneros, sendo estes responsáveis pela organização da sociedade. Sendo assim, os gêneros não são meros guias neutros para a realização das atividades comunicativas. Eles são, principalmente, “sistemas de coerção social” (Marcuschi, 2003:3).

Para este trabalho, a concepção de gênero como sistema de coerção é de máxima relevância, pois tratamos aqui dos manuais de redação jornalística, gênero fortemente embuído por um propósito coercitivo da prática lingüística e social. A idéia de adequação é o principal respaldo para as normas de conduta que esses manuais trazem. Outra característica do discurso tecnológico, que ‘sugere’, ao invés de ‘impor’.

Seguindo as reflexões de Fairclough (2001), Marcuschi (2003) questiona a concepção de adequação das formas textuais aos eventos comunicativos. Segundo Marcuschi (p.4), “do ponto de vista político e ético, uma tal maneira de ver o funcionamento retórico dos gêneros afigura-se neutra”. Só que, como ele mesmo ressalta, essa neutralidade é uma ilusão. Citando Fairclough, Marcuschi lembra que a idéia de adequação é muito inadequada para explicar qualquer aspecto do funcionamento discursivo da língua. De acordo com os dois autores, o que se dá é um processo de negociação entre os atores sociais, a partir de suas diferentes posições enunciativas, já que a aceitação dos discursos depende das suas ordens de formação. Tal perspectiva leva Marcuschi (2003:13) a formular a seguinte proposta:

“Parece, portanto, que deve ocorrer uma mudança na reflexão a este respeito, indo-se da simples consideração das estratégias de produção para a consideração dos objetivos a que tais estratégias estão servindo. Vai-se do ponto de vista retórico ao ético e ao político. E com isto pode-se transformar os gêneros de instrumentos retóricos em instrumentos políticos na ação social. Pois os gêneros não são apenas artefatos ou objetos discursivos, mas também práticas sociais.”

Importante referência para essas reflexões é o trabalho de C. Miller (1984), definindo o gênero como uma forma de ação social, tornando-o assim dependente da estrutura e da complexidade de cada realidade social. Marcuschi destaca um aspecto na teoria de Miller, quando ela ressalta que os gêneros são baseados em práticas retóricas e em convenções discursivas estabelecidas pela sociedade para a ação conjunta. Isso propicia perceber os gêneros não mais como um reflexo da estrutura social, mas parte da própria estrutura. Dessa forma, eles contribuem para a manutenção e surgimento das relações sociais e relações de poder.

Retomando a discussão sobre o tecnólogo, podemos continuar o paralelo entre a teoria da tecnologização discursiva, gênero textual e instituições de poder. Conforme discutimos anteriormente, as pessoas autorizadas a produzir os manuais de redação, assim como todos os gêneros ligados ao discurso tecnológico, têm, necessariamente, uma estreita ligação com o saber e uma posição social privilegiada.

Um jornalista em início de carreira, por exemplo, não está credenciado a produzir um manual de redação. E, ainda que o faça, dificilmente terá aceitação. Isso porque, de acordo com Marcuschi (2003), existe uma relação direta entre quem está autorizado a produzir determinado gênero e o que cada um desses gêneros controla na vida social. Assim, mesmo que um estudante de jornalismo possa escrever para um determinado jornal, como estagiário, ele dificilmente estará apto, do ponto de vista social, para escrever um manual de redação. Simplesmente porque o manual tem muito mais força de controle discursivo do que a notícia. “Isto torna os gêneros espécies de modelos sócio-cognitivos de ação.

Também podemos dizer que o poder social se dá em boa medida pelo acesso e pela possibilidade de operar com gêneros na sociedade” (Marcuschi, 2003:12).

É importante ressaltar que os gêneros delimitam, restringem ações de forma negociada e dialética. E isso não resulta em relações determinísticas, engessadas, das práticas lingüísticas e sociais. Principalmente se esses gêneros são constituídos por discursos artificialmente produzidos, tal qual o tecnológico. Daí, como concluiu Marcuschi (p.15) “a porta estar sempre aberta à variação e à criatividade”.

4. Os níveis de tecnologia no discurso jornalístico

Este ponto está destinado à observação sistemática do manual de **O Globo**. Para fins metodológicos, distinguimos dois níveis de intervenção tecnológica na constituição do discurso jornalístico: a) *seleção lexical* (instruções sobre as palavras ‘mais adequadas’) e b) *organização textual* (instruções sobre o *lead* e *sublead* – primeiro e segundo parágrafos da notícia). Entendemos que a partir dessas distinções é possível perceber algumas estratégias usadas para moldar o discurso da imprensa, a prática jornalística e, conseqüentemente, sua forma de inserção social. Antes de passarmos à análise dos textos, é importante discutir, mesmo que brevemente, a relação do Jornalismo com as instituições de poder. Isso porque é a partir dessa relação, acreditamos, que haja a necessidade de se desenvolver artifícios de controle discursivo, tal qual os manuais de redação e estilo.

De acordo com Van Dijk (1994), o poder moderno nas democracias liberais é exercido de forma sutil e implícita, estabelecendo-se a partir do controle mental, “uma maneira indireta de controlar as ações dos outros” (1994:11). O poder de influenciar a sociedade a partir da persuasão e da argumentação é discutido desde a antiguidade grega, nos estudos retóricos de Aristóteles. Nas sociedades contemporâneas, postula Van Dijk, esse poder é exercido institucionalmente pela mídia, que serve a grupos políticos e econômicos bastante específicos. Os artifícios lingüísticos da argumentação e da persuasão, conseqüentemente, são potencialmente utilizados em sociedade pelos que controlam os discursos públicos.

Sendo assim, “discurso é poder e a persuasão é a maior controladora de atos lingüísticos na modernidade” (1994:12). Então podemos dizer que os discursos, em suas diferentes realizações, colaboram fundamentalmente com a sustentação ou com a queda dos grupos ligados à elite. Melhor dizendo: controlar discursos é controlar ideologias e poder. Ainda de acordo com Van Dijk (1988), o acesso ao discurso da imprensa se dá de forma negociada entre a mídia e os representantes das demais instituições da elite, cabendo à primeira intermediar o processo de manutenção de poder e (trans) formação ideológica em uma sociedade.

“Notícia na grande imprensa é um tipo de discurso público que está primeiramente focado nas decisões, ações e propriedades políticas, econômicas, financeiras e culturais da elite. A base desta forma (indireta) de poder não vem apenas dos vários recursos desta elite, mas também do seu preferencial acesso à mídia e, conseqüentemente, à opinião pública (VAN DIJK, 1988:7)”.

No processo de sustentação de forças, intervir (ou modelar) no discurso jornalístico tem por efeito principal aperfeiçoar esse recurso de poder. Vejamos, agora, algumas dessas estratégias de intervenção a partir das características do discurso tecnológico.

a) seleção lexical: dentro da perspectiva da Análise do Discurso Crítica (VAN DIJK 1997; FAIRCLOUGH 2001), o léxico é apontado como elemento fundamental da produção lingüística. Segundo os autores da ADC, a lexicalização é um forte aspecto para a identificação de tendências ideológicas presentes em um texto. Então, orientar a escolha dos itens lexicais é também orientar

ideologicamente a construção desse texto. Conforme já discutimos, essa orientação é norteada pelo critério da ‘adequação’, fazendo com que a interferência pareça necessária, não impositiva. Observemos essa estratégia e algumas dessas marcas ideológicas a partir da análise de trechos do manual de **O Globo** (2001) sobre as escolhas dos itens lexicais (as partes em negrito são para destacar o que estamos discutindo)

Quadro 1:

Item Lexical	Orientação do Jornal
<i>Estudante</i>	<i>“Deve-se identificar como estudante o adolescente ou jovem com idade suficiente para possivelmente ter outra atividade. (...) E também deve-se em princípio desconfiar da qualificação de estudante para quem tenha mais de 30 anos, a menos que esteja em curso de pós-graduação ou doutorado”</i> (pg.150).
<i>Americano</i>	<i>“Natural dos Estados Unidos. Não é correto escrever ‘norte-americano’(porque isso os canadenses e mexicanos também são)”</i> (pg 133).
<i>Colono</i>	<i>“É o agricultor que cultiva terra alheia com permissão do dono. Não pode ser usada em relação a invasores de terra”</i> (pg. 139).
<i>Invasão</i>	<i>“Ato de invadir. Deve-se resistir à moda de chamar de invasão o lugar invadido”</i> (pg. 157)
<i>Colocar</i>	<i>“Com o sentido de declarar ou argumentar, é um modismo de mau gosto, comum em manifestos estudantis (...)”</i> (pg.138).

Provavelmente respaldado pela idéia de ‘adequação’, o autor do manual não se preocupa em modalizar a linguagem, quando orienta as escolhas lexicais dos jornalistas. Daí, o emprego freqüente de formas tais: *“deve-se”, “não pode ser usada”, “não é correto”*. O que também poderíamos entender como marcas de autoritarismo no discurso liberal. A proibição do uso de certas formas lingüísticas é contraditória ao que o manual traz sobre linguagem: “não é boa idéia estabelecer normas e padrões sobre o que seria a linguagem própria do texto jornalístico: por esse caminho, na melhor hipótese chega-se a um estilo padronizado, fiel seguidor de receitas e destituído de imaginação” (2001:24). Uma contradição que ilustra bem o debate sobre a tecnologização discursiva: um controle dissimulado.

Passemos, agora, para a discussão sobre os exemplos do **Quadro 1**:

Na especificação do item lexical *“estudante”*, é relevante como a função social do estudante é desconsidera, e tal qualificação só serve para distinguir adolescentes e jovens que “tenham outra atividade”. Um ponto curioso é a determinação de uma idade limite (30 anos) para essa função, a não ser que esteja respaldada por títulos acadêmicos. Sobre a qualificação *“americano”*, seria interessante pensar por que não há qualquer menção aos latino-americanos, ou sul-americanos, pois a distinção só está relacionada aos norte-americanos. Uma visão imperialista das Américas.

Pela referência a *“colonos”*, percebe-se o posicionamento do jornal sobre as ocupações de terras, a luta pela reforma agrária, e as atividades dos trabalhadores agrícolas que ocupam essas terras. Os militantes do **Movimento dos Sem Terra (MST)**, por exemplo, jamais serão citados no **O Globo** como colonos, e sim como invasores. Pelo menos essa é a orientação da cartilha. Os dois outros itens lexicais destacados também deixam pistas da postura reacionária do jornal. O manual traz a palavra *“invadir”*, mas não faz qualquer menção à palavra *“ocupar”*. Desconsiderando o seu uso, desconsidera-se, conseqüentemente, a legitimidade dessas práticas. Por fim, mais uma pista de como, a partir da determinação das escolhas e empregos do léxico, há uma orientação ideológica do discurso. Referindo-se pejorativamente ao uso de *“colocar”*, no sentido de argumentar, e associando esse uso ao um grupo

específico (o movimento estudantil), o autor não está apenas desprestigiando um uso lingüístico, mas o próprio movimento social.

Vejamos outra estratégia do discurso tecnológico:

b) organização textual: Seguindo as considerações de Van Dijk (1992), defendemos que a organização dos textos jornalísticos tem uma forte conotação ideológica. A partir das reflexões do autor sobre processamento textual, percebe-se que cada parte tem uma função cognitiva específica no processo de formação da opinião pública.

Sendo o texto jornalístico construído a partir do critério do mais relevante no início do texto (*título, subtítulo, lead e sublead*) para o menos relevante (nos dois últimos parágrafos), a seleção de fatos ou atores sociais que irão figurar as primeiras partes da notícia ou reportagem é uma ação ideologicamente orientada. Esse critério de relevância vem, de uma certa maneira, do hábito de leitura da notícia, pois as pessoas lêem mais o começo do texto (*título, lead e sublead*) do que o seu final. Daí, a relação entre essa organização textual e o problema do controle discursivo.

Assim, podemos afirmar que os textos jornalísticos são esquematicamente construídos para influenciar a compreensão e formar a opinião dos leitores (Van Dijk, 1992), sendo a sua organização resultante de fatores sociais e históricos. Essa prática persegue fins ideológicos definidos: manter o poder entre as instituições dominantes, legitimando-as socialmente a partir de complexas estratégias de manipulação.

No discurso jornalístico, a organização textual é resultante da linguagem ‘objetiva’ e ‘direta’, que deve caracterizar o Jornalismo. O conceito de língua neutra, instrumentalista, que fundamenta esse discurso é bastante relevante para a sustentação do mito da imparcialidade. Segundo Garcia (2001), o *lead* (primeiro parágrafo da notícia) surgiu quando o Jornalismo resolveu “abandonar a sublitteratura”(2001:31), o que gerou a elaboração de normas distintas para produzir *leads* simples e diretos.

Dessas normas, surgiu a clássica receita jornalística de produção de *lead*: um bom texto deve começar respondendo às perguntas *quem fez o quê, como, onde, quando e por quê*. Seguir tal regra, de acordo com os cânones da profissão, é garantia de um texto atrativo, ao mesmo tempo direto e objetivo. Apenas em notícias mais complexas algumas dessas respostas podem ser respondidas no segundo parágrafo, o *sublead*. “Boa fórmula. Para grande número de textos não há outra” (2001:31).

Estudos discursivos (Van Dijk, 1992 e Falcone, 2003) mostram que os espaços nobres do texto jornalístico são, preferencialmente, reservados aos discursos de representantes das instituições de elite. Opiniões e citações de atores sociais ligados aos grupos de poder estão, predominantemente, nos *leads* e *subleads*. Já os atores e grupos sociais em situação de exclusão participam do discurso dos jornais, basicamente, em condições menos privilegiadas (os últimos parágrafos). Sendo assim, podemos dizer que essa organização textual tem propósitos ideológicos bastante definidos: controlar a participação discursiva na imprensa. Segundo os estudos de Van Dijk (1992) e Falcone (2003), a falta de acesso ao discurso da mídia tem como principal consequência a consolidação de preconceitos e estereótipos contrários aos grupos de excluídos.

Observemos, no exemplo a seguir, trecho de uma notícia publicada no **Jornal do Commercio** do Recife sobre a ocupação do **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)** a um prédio público no centro da cidade. Apenas no terceiro parágrafo aparece o discurso dos sem teto, assim como referência institucional ao movimento. No *lead* e *sublead* estão as ações das instituições de poder (Justiça e Governo) que, mesmo não sendo protagonistas do evento narrado, têm maior destaque na notícia.

Exemplo 1:**Juiz nega reintegração de posse de prédio**

O Juiz Roberto Wanderley, da 1ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, negou o pedido de reintegração de posse encaminhado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e extinguiu o processo. Com isso, as mais de 200 famílias que ocuparam há exatamente uma semana o Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo (de propriedade do instituto), na Avenida Guararapes, deverão permanecer no local. Ontem, a ocupação teve um reforço de aproximadamente vinte famílias, onze delas expulsas do prédio nº157, da Rua da Alegria, próximo ao Pátio de Santa Cruz, na Boa Vista.

Segundo a sentença do juiz, o INSS não é parte legítima para solicitar a reintegração, uma vez que o imóvel está alugado a outra pessoa. A decisão do juiz derruba liminar que teria sido concedida, no final de semana, pelo Tribunal Regional Federal (TRF), em favor do instituto.

Para marcar o oitavo dia de permanência no prédio da Avenida Guararapes, os sem-teto programaram duas atividades para hoje. A primeira será às 9h: um culto ecumênico, no primeiro andar do edifício, com a presença de membros das igrejas Metodista, Anglicana, Católica, Presbiteriana e Assembléia de Deus. Às 14h sairá a caminhada dos 'Sem-Tetinho', **"para mostrar o descaso dos governos federal, estadual e municipal quanto à habitação"**, informa o reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Anglicana e integrante do Fórum que dá apoio aos sem-teto. (*Jornal do Commercio, 17/11/99*)

6. Considerações Finais

A tecnologização discursiva tem se apresentado como uma importante estratégia de hegemonia liberal. Entre as várias redes de poder que esses governos dispõem para controlar, à distância, instituições e grupos sociais, o discurso, realizado nos gêneros, é uma das mais poderosas. Interferir nas práticas discursivas é uma estratégia eficaz para se chegar ao controle social. Essa interferência, entretanto, requer complexos aparatos de ordens lingüística, discursiva e cognitiva. Entre os gêneros textuais produzidos a partir do modelo tecnológico, observamos aspectos do funcionamento do *manual de redação e estilo jornalístico* para discutir estratégias de controle ideológico.

A Análise do Discurso Crítica é um importante referencial teórico para os interessados em pesquisar os processos de construção, resistência e legitimação de poderes em sociedade. Uma contribuição significativa da Lingüística na luta contra a desigualdade social, pois denunciar diferentes formas de controle discursivo é resistir à dominação. A importância do debate aqui desenvolvido justifica-se pela urgência de uma imprensa mais democrática no País.

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, Mikhail. 2000 [1979]. **Estética da Criação Verbal**. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes.
- Fairclough, Norman. 2001. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora da UnB.
- _____. 1997. Discurso, Mudança e Hegemonia. In Emília Ribeiro Pedro, (org.) **Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva Sociopolítica e Funcional**. Lisboa, Caminho, p.p 77-103.
- Falcone, Karina. 2003. **O Acesso dos Excluídos ao Espaço Discursivo do Jornal**. Dissertação de Mestrado, PG em Letras, UFPE, Recife, Mimeo.
- Garcia, Luiz (ed.). 2001. **Manual de Redação e Estilo de O Globo**. São Paulo, Editora Globo.
- Marcuschi, Luiz Antônio. 2003. **O Papel da Atividade Discursiva no Exercício do Controle Social**. Conferência apresentada na 55ª Reunião Anual da SBPC-ABRALIN, Recife.

- Magalhães, Izabel. 1996. A Produção do Sujeito na Interação. *In As Múltiplas Faces da Linguagem*. Brasília, Editora UnB, p.p 17-36.
- Miller, Carolyn R. [1984] 1994. Genre as Social Action. In: A. Freedman & P. Medway (eds.). 1994. **Genre and the New Rhetoric**. London, Taylor & Francis, pp. 23-42. (Reedição de 1984).
- Van Dijk, Teun A. 1994. **Discurso, Poder y Cognición Social**. Cali, Editorial Facultad de Humanidades.
- _____. 1992. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo, Contexto.